

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siuffi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA N° 5041/2023-PGJ, DE 20.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva 30 (trinta) dias de folga compensatória, sendo 27 (vinte e sete) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado e 3 (três) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense, que seriam usufruídos no período de 1º a 30.9.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar n° 72/1994 e da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA n° 09.2023.00008936-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 5042/2023-PGJ, DE 20.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça João Albino Cardoso Filho 30 (trinta) dias de folga compensatória, sendo 9 (nove) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado e 21 (vinte e um) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense, que seriam usufruídos no período de 5.10 a 3.11.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar n° 72/1994 e da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA n° 09.2023.00008943-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 5043/2023-PGJ, DE 20.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas 28 (vinte e oito) dias de folga compensatória, sendo 16 (dezesseis) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado e 12 (doze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense, que seriam usufruídos no período de 21.8 a 17.9.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar n° 72/1994 e da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA n° 09.2023.00008951-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5045/2023-PGJ, DE 20.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Procuradora de Justiça Marigô Regina Bittar Bezerra 30 (trinta) dias de folga compensatória, sendo 15 (quinze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado e 15 (quinze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense, que seriam usufruídos no período de 14.8 a 12.9.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00008729-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5982/2023-PGJ, DE 7.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as servidoras Maisa Taylã Ferreira Galeano Damaceno e Maria Isabelli Monteiro de Oliveira Gonçalves, Técnicas I, para, sem prejuízo de suas funções, comporem a equipe multidisciplinar para executar o Projeto eSocial no MPMS, instituída pela Portaria nº 1569/2020-PGJ, de 4.5.2020; e revogar a referida portaria na parte que designou o servidor Wellington Gradella Marthos, e a Portaria nº 4903/2021-PGJ, de 30.11.2021, na parte que designou a servidora Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, passando a equipe a ter a seguinte composição: a Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa e os servidores Ariele Aurora Almeida Moreira da Rosa, Carla Maria Bagordakis, Catarina Costa da Silva, Daniel Rodrigues Duarte, Dayenne Gargantini Martins Diniz Paduan, Débora Duarte Santana, Desirée Oliveira da Silveira, Elisa Mari Kihara Zaha, Greyce Kelly Gomes Santiago, Janaina Ferreira Domingos, José Giovanni da Silva Júnior, Jose Lima Fidelis, Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz, Maisa Taylã Ferreira Galeano Damaceno, Maria Isabelli Monteiro de Oliveira Gonçalves, Myrian Raquel Rodrigues da Silva, Paulo Matias Guimarães, Paulo Roberto da Silva, Pedro do Carmo Sandim Junior, Sabrina Lopes Baes Figueira Ferreira, Silvio Cesar Siravegna e Willian Lugo Yamaura.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº e-1308/2023-PGJ, DE 26.10.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	12	15 a 26.1.2024	GOZO	SIM
2021/2022	5	6 a 10.5.2024	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1309/2023/PGJ, DE 26.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1311/2023/PGJ, DE 26.10.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Gisleine Dal Bó, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	19 a 28.2.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1314/2023/PGJ, DE 26.10.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Rodrigo Yshida Brandão, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1317/2023/PGJ, DE 26.10.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Marcos Antonio Martins Sottoriva, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 0075/2023/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Jean Carlos Piloneto, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça de Água Clara-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2023.00008067-0, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 05 de outubro de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 5942/2023-PGJ, DE 6.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Thiago Falcão Ricartes, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 1ª Promotoria de Justiça de Naviraí, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 4ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no dia 27.10.2023, em razão de afastamento do servidor Jeferson Willian Turchiello, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5943/2023-PGJ, DE 6.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Julyanne Marcondes de Oliveira, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 4ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 35ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 6 a 14.11.2023, em razão de afastamento da servidora Silviane Leite Pires do Espírito Santo, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5944/2023-PGJ, DE 6.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Andréia Fernandes Francischini, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Projetos e Serviços de TI nos dias 13 e 14.11.2023 e no período de 16 a 24.11.2023, em razão de afastamento do titular, Gustavo Rocha Lobato.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5945/2023-PGJ, DE 6.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Danielly Araujo da Silva, Chefe de Setor, lotada na Secretaria de Gestão de Pessoas, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no dia 1º.11.2023 e no período de 6 a 14.11.2023, em razão de afastamento da titular, Christiane de Oliveira Landgraf Pinto.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5946/2023-PGJ, DE 6.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Carlo Zanandreis Lopes, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Bela Vista, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, nos dias 16 e 17.11.2023, em razão de afastamento da servidora Gabriela Rankel Ferreira, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5953/2023-PGJ, DE 6.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020, bem como o artigo 16, inciso I, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor João Vitor Garcia Guerra Dutra, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Miranda, a prestação de suas atribuições fora do órgão originário de lotação, mas nas dependências do Ministério Público Estadual, na modalidade remota, nas Promotorias de Justiça da comarca de Três Lagoas, a partir de 6.10.2023, pelo prazo de 6 (seis) meses, nos termos dos artigos 1º, §1º; 4º; 7º, inciso VI; 9º, §§ 1º e 5º, inciso IV; 10 e 13 da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018 (PGA nº 09.2023.00010804-2).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5954/2023-PGJ, DE 6.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Eudes Limeira da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na 2ª Promotoria de Justiça de São Gabriel do Oeste, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça de Maracaju, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 3.10 a 1º.11.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1400/2023/PGJ, DE 7.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Mateus do Nascimento Policeno de Souza, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 6 (seis) dias de licença casamento, no período de 27.10 a 1.11.2023, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1401/2023/PGJ, DE 7.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Alecy Dias da Silva, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 22 a 31.1.2024 e de 8 a 17.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1 a 10.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1402/2023/PGJ, DE 7.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Fernanda da Silveira Correa Brescianini, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 11 a 20.12.2023 e de 20 a 29.3.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1403/2023/PGJ, DE 7.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Luciene Ramos do Canto, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 1 a 10.4.2024 e de 3 a 12.6.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 4 a 13.3.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 73/2023.**

A 26ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico, Cultural, Habitação e Urbanismos, da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2023.00011359-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Taboquinha Auto Posto de Serviços Ltda.

Objeto: Fiscalizar o cumprimento de acordo judicial firmado nos autos n. 0827411-84.2014.8.12.0001. ARCP - Associação de Recuperação, Conservação e Preservação da Bacia do Guariroba.

Campo Grande, 07 de Novembro de 2.023.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

EDITAL Nº 74/2023.

A 26ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico, Cultural, Habitação e Urbanismos, da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2023.00011362-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Taboquinha Auto Posto de Serviços Ltda.

Objeto: Fiscalizar o cumprimento de acordo judicial firmado nos autos n. 0827411-84.2014.8.12.0001. ICAS – Instituto de Conservação e Animais Silvestres.

Campo Grande, 07 de Novembro de 2.023.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

**EDITAL N° 0011/2023/43PJ/CGR**

A 43ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que pode ser integralmente acessado, via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001258-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Small Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda. (CNPJ 02.044.526/0002-80)

Assunto: Apurar lesão a direitos coletivos (*lato sensu*) dos consumidores em razão de a pessoa jurídica Small Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda. ter comercializado, distribuído e introduzido no mercado de consumo Gasolina C Comum e Óleo Diesel B S-10 fora das especificações legais.

LUIZ EDUARDO LEMOS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

ANASTÁCIO

MP N.: 06.2023.00000799-0

EDITAL N.º 0007/2023/PJ/ANC

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Anastácio- MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00000799-0, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Juscelino Kubitschek, Anastácio-MS - CEP 79210-000 Telefone: (67) 2020-9314. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000799-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto – Apurar a irregularidade jurídico-ambiental da supressão de 1,51 ha de vegetação nativa, em área de reserva legal, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Laudo Técnico n. 163/2023/NUGeo, ocorrida na Fazenda Porto Novo (CAR/MS n. 0036408), em Anastácio/MS.

Anastácio, 15 de setembro de 2023

MARCOS MARTINS DE BRITO

Promotor de Justiça

BELA VISTA

EDITAL N° 0055/2023/PJ/BVT

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 2020-9322/(67) 2020-9323.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2023.00010102-7

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: APAE de Bela Vista/MS

Assunto: "Acompanhar o devido fornecimento de transporte escolar aos alunos matriculados na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do município de Bela Vista."

Bela Vista/MS, 19 de outubro de 2023.

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça em substituição legal

**EDITAL Nº 0056/2023/PJ/BVT**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro - CEP: 79260-000, Bela Vista/MS, Telefone: (67) 2020-9322/(67) 2020-9323.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000887-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valdemar Perez

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 27,315 hectares, sendo 17,44 hectares em área de Reserva Legal e 9,87 hectares em Área de Preservação Permanente, entre os períodos de 21 de outubro de 2010 e 14 de dezembro de 2022, bem como apurar a supressão de 48,90 hectares, entre os períodos de julho de 2022 e dezembro de 2022, na Fazenda Tamanduá, em Bela Vista/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 012454/2023 e Laudo de Constatação nº 015918/2023.”

Bela Vista/MS, 20 de outubro de 2023.

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça em substituição legal

EDITAL Nº 0057/2023/PJ/BVT

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro - CEP: 79260-000, Bela Vista/MS, Telefone: (67) 2020- 9322/(67) 2020-9323.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000910-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Antônio Reinaldo Schneid; e Helena Dias Braga Schneid

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 15,8066 hectares de capões, bem como a supressão de 286,49 hectares de corte de árvores nativas, na Fazenda Boa Querência, em Bela Vista/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 011163/2022 e Laudo de Constatação nº 014424/2022 (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul-IMASUL).”

Bela Vista/MS, 20 de outubro de 2023.

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça em substituição legal

EDITAL Nº 0058/2023/PJ/BVT

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro - CEP: 79260-000, Bela Vista/MS, Telefone: (67) 2020- 9322/(67) 2020-9323.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000887-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valdemar Perez

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 27,315 hectares, sendo 17,44 hectares em área de Reserva Legal e 9,87 hectares em Área de Preservação Permanente, entre os períodos de 21 de outubro de 2010 e 14 de dezembro de 2022, bem como apurar a supressão de 48,90 hectares, entre os períodos de julho de 2022 e dezembro de 2022, na Fazenda Tamanduá, em Bela Vista/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 012454/2023 e Laudo de Constatação nº 015918/2023.”

Bela Vista/MS, 20 de outubro de 2023.

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça em substituição legal

**EDITAL Nº 0059/2023/PJ/BVT**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro - CEP: 79260-000, Bela Vista/MS, Telefone: (67) 2020- 9322/(67) 2020-9323.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000924-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Katia Aline Ueno

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 59,94 hectares de vegetação nativa sobre área declarada como Reserva Legal, integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Pequi, no município de Bela Vista/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente conforme Relatório de Informações Complementares n. 010/2ºGPMA/2023 e Laudo Técnico n. 182/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental)”

Bela Vista/MS, 23 de outubro de 2023.

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça em substituição legal

EDITAL Nº 0060/2023/PJ/BVT

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro - CEP: 79260-000, Bela Vista/MS, Telefone: (67) 2020- 9322/(67) 2020-9323.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000928-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Osvaldo Durães Filho

Assunto: "Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 21,53 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Ingá (Fazenda Três Cerros- Parte – Ingá), em Bela Vista/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico n. 134/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental)".

Bela Vista/MS, 30 de outubro de 2023.

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça em substituição legal

EDITAL Nº 0061/2023/PJ/BVT

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro - CEP: 79260-000, Bela Vista/MS, Telefone: (67) 2020-9322/(67) 2020-9323.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000928-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Isadora Loureiro Benites

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,57 hectares de vegetação nativa em área de Reserva Legal e 33,68 hectares de vegetação nativa fora da área de Reserva Legal, bem como a supressão de 3,88 hectares de vegetação nativa em área declarada como Consolidada, na Fazenda Santa Fé, em Caracol/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Informações Complementares nº 016/2º GPMA/2022 e Laudo Técnico n. 127/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental), respectivamente.”

Bela Vista/MS, 30 de outubro de 2023.

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça em substituição legal

**EDITAL Nº 0062/2023/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS – CEP 79260-000 Bela Vista/MS. Telefone: (67) 2020-9322/(67) 2020-9323.

IC - Inquérito Civil nº 06.2023.00001100-6

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Dan Isaac Comparim Ferreira, Fazenda Três Cerros

Assunto: "Apurar eventual dano ambiental ocorrido na propriedade rural denominada Fazenda Três Cerros, em Bela Vista/MS, consistente na construção de 500 (quinhentos) metros lineares de drenos, para fins de controlar a saturação d'água superficial ou subsuperficial, sem a licença do órgão ambiental competente."

Bela Vista/MS, 31 de outubro de 2023

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça em substituição legal

EDITAL Nº 0063/2023/PJ/BVT

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro - CEP: 79260-000, Bela Vista/MS, Telefone: (67) 2020-9322/(67) 2020-9323.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001110-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Caracol - MS

Assunto: "Apurar a extração irregular de areia com o uso de pá carregadeira e caminhões no leito do Corrego Estrela, em Caracol/MS, detectados pelo Processo NUP. 83/005456/2023 - IMASUL".

Bela Vista/MS, 31 de outubro de 2023

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça em substituição legal

CORUMBÁ

EDITAL Nº 0026/2023/02PJ/CBA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001232-7.

Representante: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Representado: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - AGESUL, Andre L. dos Santos LTDA., BTG Empreendimentos, Locação e Serviços Eirelli, Galassi Empreendimentos LTDA

Assunto: Ofício n.º 86/2023/SUPES/MS e Informação Técnica n.º 11/2023-EMI-MS/Ditec-MS/Supes-MS: apurar a regularidade da abertura de estrada na região do Pantanal de Paiaguás, no Município de Corumbá/MS, obra de acesso à MS-214, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

Corumbá/MS, 31 de outubro de 2023.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça



PARANAÍBA

EDITAL N° 0025/2023/01PJ/PBA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215 – Jardim Santa Mônica, Paranaíba-MS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2023.00009746-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Joao Batista Podscan, Maria de Fátima Barradas Podscan

Assunto: Fiscalizar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta nos autos do Inquérito Civil nº 06.2023.00000305-0, celebrado entre o Ministério público e os requeridos.

Paranaíba - MS, 06 de outubro de 2023.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

EDITAL N° 0026/2023/01PJ/PBA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215 – Jardim Santa Mônica, Paranaíba-MS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2023.00009939-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valmir Alves de Souza

Assunto: Acompanhamento do cumprimento de TAC firmado no bojo dos autos de Inquérito Civil nº 06.2023.00000455-0.

Paranaíba - MS, 06 de outubro de 2023.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

EDITAL N° 0027/2023/01PJ/PBA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215 – Jardim Santa Mônica, Paranaíba-MS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2023.00009980-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rosa Selma Pereira de Souza, Julio Vilson de Oliveira

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2021.00000760-5, celebrado entre o Ministério Público e os requeridos.

Paranaíba - MS, 06 de outubro de 2023.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

**PONTA PORÃ****EDITAL Nº 0061/2023/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a retificação do objeto do Inquérito Civil nº 06.2022.00001107-9, fazendo nele constar:

Inquérito Civil n. 06.2022.00001107-9

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de propriedade rural relativamente à instituição de área de reserva legal e conservação das áreas de preservação permanente, bem como possível desmatamento de 22,02 ha de Bioma Cerrado (Notificação nº U8ERMMOO), e 7,61 hectares em área de Reserva Legal (Auto de Infração nº QYYSR6BL), na Fazenda Mangaval, em Ponta Porã/MS.

Ponta Porã/MS, 27 de outubro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0062/2023/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00000744-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00000744-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Ligia Junqueira Franco Bezerra de Menezes

Assunto: apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente da supressão de 2,36 hectares de vegetação nativa em área declarada como de Reserva Legal, entre julho de 2019 e abril de 2023, sem a devida autorização ambiental, bem como a ausência de 1,15 hectares de vegetação em área de preservação permanente, no imóvel rural denominado Fazenda Rincão Porã

Ponta Porã/MS, 30 de outubro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0063/2023/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00000689-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00000689-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Jose Adair Barcelos Luz

Assunto: apurar dano ambiental consistente no desmatamento de 6,93 ha em área de Reserva Legal e Remanescente de Vegetação Nativa (Laudo Técnico nº 29/23/NUGEO) e 2,61 hectares em área de Reserva Legal (Laudo Técnico n. 132/23/NUGEO), no imóvel rural Fazenda Água Boa localizada no município de Ponta Porã.

Ponta Porã/MS, 30 de outubro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES
Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0064/2023/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001050-7, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001050-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Dalmo Henrique Franco Silva

Assunto: apurar os danos ambientais advindos do desmatamento de 8,3424 hectares de vegetação nativa sem autorização ambiental, não caracterizado como área consolidada, constatados durante análise técnica pelo IMASUL do CARMS0004859 relativo à propriedade rural Estância Santo Antônio localizada no município de Antônio João/MS, bem como a regularidade-jurídico ambiental do imóvel relativamente à instituição e conservação de área de reserva legal e proteção das áreas de preservação permanente existentes.

Ponta Porã/MS, 30 de outubro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0065/2023/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001051-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001051-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Irineu Lemes da Rosa Filho

Assunto: apurar os danos ambientais advindos do desmatamento de 60,13 hectares de vegetação nativa sem autorização ambiental, não caracterizado como área consolidada, constatados durante análise técnica pelo IMASUL do CARMS0062867 relativo à propriedade rural Fazenda Tijuca localizada no município de Ponta Porã/MS, bem como a regularidade-jurídico ambiental do imóvel relativamente à instituição e conservação de área de reserva legal e proteção das áreas de preservação permanente existentes.

Ponta Porã/MS, 30 de outubro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0066/2023/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001054-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001054-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agropecuária Fazenda 3 Coxilhas

Assunto: apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda 3 Coxilhas - ÁREA 31, 32, 34, 42 e 43, inscrita no CARMS0085358 de propriedade da empresa Eximporã Agropecuária Ltda, relativamente à instituição de área de Reserva Legal, conservação das áreas de preservação permanente e do solo, bem como apurar possíveis danos ambientais pretéritos em decorrência da ausência de área de reserva legal ou sua degradação desde o ano de 2008 e em especial após a vigência da Lei Federal n. 12.651/2012 (Novo Código Florestal)

Ponta Porã/MS, 30 de outubro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0067/2023/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n° 06.2023.00001045-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n° 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n° 06.2023.00001045-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã MS

Assunto: apurar possíveis irregularidades na prestação de serviço socioassistencial de acolhimento institucional para pessoas adultas (Casa de Passagem) pelo Município de Ponta Porã

Ponta Porã/MS, 30 de outubro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

SIDROLÂNDIA

EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**Inquérito Civil n.º 06.2022.00000448-9**

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 30.10.2023 entre o Ministério Público Estadual, por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS e Jaime Basso e Maria Inês Anziliero Basso, referente a regularização de área de Mata Atlântica, área Remanescente de Vegetação Nativa e área de Reserva Legal na propriedade rural Fazenda Monte Alto, no bojo dos autos de Inquérito Civil n.º 06.2022.00000448-9, disponível para consulta em do conteúdo integral na 2ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia/MS, localizada na rua Espírito Santo, n.º 1.383, bairro Centro, CEP 79.170-000, telefone (67) 3272-1637. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: "<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>".

EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**Inquérito Civil n.º 06.2022.00000681-0**

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 30.10.2023 entre o Ministério Público Estadual, por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS e Leda Correa Fagundes Palmieri, referente a regularização de área de Preservação Permanente, área Remanescente de Vegetação Nativa, área Consolidada e área de Reserva Legal na propriedade rural Fazenda Vassoura, no bojo dos autos de Inquérito Civil n.º 06.2022.00000681-0, disponível para consulta em do conteúdo integral na 2ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia/MS, localizada na rua Espírito Santo, n.º 1.383, bairro Centro, CEP 79.170-000, telefone (67) 3272-1637. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: "<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>".